

Movimentos sociais e resistências no meio rural: histórias comparadas e relações de gênero entre movimentos do Brasil e do Paraguai no período de ditaduras

Larissa Viegas de Mello Freitas, UFSC
laryfreitas@hotmail.com

Os países do Cone Sul viveram, entre fins da década de 50 e 80, sob a vigência de regimes militares, o que trouxe à tona uma série de reivindicações políticas e o surgimento dos mais diversos tipos de organização e movimentação social, dentre as quais destaco os movimentos sociais que ocorreram na área rural.

Neste artigo procura-se analisar, de forma comparativa e dentro de uma perspectiva de gênero, a trajetória de mulheres que militaram em movimentos sociais no campo no período das ditaduras militares que ocorreram no Brasil e no Paraguai. Esses dois países tiveram grupos que se organizaram de forma significativa no meio rural, e possuem uma série de semelhanças e também de particularidades relevantes para este estudo.

Para tanto, são utilizadas fontes orais, que são entrevistas feitas nos dias de hoje com mulheres do Paraguai e do Brasil, que tiveram participação em movimentos sociais rurais e que relataram suas experiências e trajetórias de militância dentro desses movimentos, e bibliografias relacionadas ao tema. Neste sentido, é importante ressaltar que para a análise dos discursos e das trajetórias de mulheres em movimentos sociais no campo, os estudos metodológicos ligados à memória¹, a partir das subjetividades e das ressignificações do passado que estão presentes nestas falas, embasam toda esta pesquisa e a direcionam para uma abordagem que observa os múltiplos significados, bem como os aspectos simbólicos e subjetivos que podem estar presentes nessas entrevistas. Atrelado a isto os estudos de gênero enquanto categoria de análise histórica² neste caso busca fazer: a) uma apreciação que evidencie que as práticas sociais e culturais dos sujeitos são historicamente construídas, e que isso interfere na construção de suas subjetividades e nas suas práticas discursivas; b) uma análise que observe as relações de gênero que se configuravam dentro das redes de movimentos sociais que existiam naquele momento histórico.

Movimentos rurais e participação da Igreja: breve contextualização

¹ Baseio-me nos conceitos propostos por JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XX, 2002; e por OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). **Historia, memoria y fuentes orales**. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, pp. 45-62

² Ver PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em abril de 2009.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

O Paraguai e o Brasil possuem algumas características semelhantes quando se evidencia a questão dos movimentos sociais³ (mistos ou compostos unicamente por mulheres) ocorridos na área rural nesta época de ditaduras militares. Um ponto em comum foi a atuação de uma ala “progressista” da Igreja Católica e de algumas igrejas evangélicas (no caso do Brasil), ligadas a Teologia da Libertação⁴ que foram, num primeiro momento, as grandes propulsoras desses movimentos a partir de fortes atuações nas áreas de base. “Em termos políticos, o aspecto mais significativo de atuação da Igreja foi talvez sua capacidade de superar a defasagem entre a política formal e a política de base⁵.”

Desde a década de 1950, a Igreja Católica vinha reestruturando sua atuação perante a sociedade mostrando-se mais sensível aos problemas sociais da população, e isso vinha se mostrando quase que de forma geral na América Latina⁶. Entre 1961 e 1965, ocorreu o Concílio Vaticano II que, de modo geral, definia uma atuação mais popular de orientação pastoral da Igreja, propondo a realização de trabalhos sociais com as comunidades em que estavam inseridas; muitos desses trabalhos se desenvolveram nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base⁷.

Naquele momento, a participação da Igreja poderia garantir três coisas fundamentais para as pessoas que estavam engajadas nesses movimentos: a garantia maior de proteção frente à repressão existente; o reconhecimento dos movimentos que se organizavam; e uma espécie de “mediação” entre comunidade e Estado. Mas apesar de prover de certa autonomia perante o Estado e de ter podido em muitos casos denunciar e lutar contra a repressão e omissão deste, essa mediação da Igreja não conseguia impedir que a perseguição a muitos desses movimentos ocorresse.

No Paraguai, também repercutiram as ações de cunho mais popular e pastoral por parte da Igreja. No decorrer da década de 70, grupos ligados a Igreja Católica, como as Ligas Agrárias

³ Sobre movimentos sociais utilizo o conceito de Alvin L. Bertrand. De acordo com este autor “[...] um movimento social é um esforço consciente partindo de um grupo relativamente grande de pessoas com a finalidade de produzir uma mudança social ou uma nova ordem de vida.” BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural**: uma análise da vida rural contemporânea. São Paulo: Atlas, 1973. p. 408.

⁴ A teologia da libertação foi, de modo geral, uma corrente teológica de inspiração marxista que se desenvolveu inicialmente na América Latina nos anos 70, e possuía uma doutrina voltada para a atuação de membros da Igreja nas áreas de base. Propunha, dentre outras coisas, o engajamento político dos cristãos. Ver DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 243.

⁶ É preciso ressaltar, no entanto, que esta atuação da Igreja Católica ocorreu de formas variadas no Cone Sul, e que outros setores desta instituição, em vários momentos, apoiaram os regimes militares instalados nesses países.

⁷ A esse respeito ver CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo**: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1991. p. 36-63.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Cristianas e a Acción Obrera Católica, se articulavam em várias zonas rurais do país⁸. Margiorina Balbuena Cardozo, uma das lideranças camponesas dessa época, nos fala sobre esta atuação da Igreja:

A Igreja Católica organizava também movimentos sociais como a associação de mães, a associação dos obreiros, e a CACL⁹, que era a agrária; havia outros grupos, mas a CACL dependia da Igreja. Mas como nós nos relacionamos com a Igreja pela Teologia da Libertação, pelo sacerdote que estava na minha família, então muito rápido foi nosso desenvolvimento político e ideológico, nós trabalhamos muitíssimo pelo desenvolvimento da consciência no Paraguai¹⁰ [...].

Estes movimentos agrários cristãos atuaram na defesa dos direitos civis e faziam forte resistência à ditadura militar no decorrer da década de 60 e 70. No início dos anos 70, ocorreu uma abrupta desarticulação desses movimentos quando as tropas do ditador Stroessner¹¹ descobriram onde se concentravam estas organizações e fizeram violenta repressão, perseguindo, prendendo, torturando e dizimando a maior parte dos integrantes, entre membros da Igreja, bispos e padres, além de muitos civis.¹² Margiorina Balbuena, também nos fala sobre este período:

Em 1976, depois de eu estar quase um ano vivendo no exílio no Brasil, houve outra repressão terrível, e aí já foram desarticuladas as organizações camponesas e as ligas agrárias, em 1976 houve massacres de comunidades, opressão, desaparecimentos, torturas, encarceramentos. As pessoas que foram presas em 76, foram sair no final de 1979. [...] Quando voltei do exílio continuei a luta fundando o movimento que se desarticulou; as Ligas Agrárias Camponesas e as Ligas Agrárias Católicas se desfazem totalmente, nossos companheiros do movimento alguns tinham sido assassinados, alguns desaparecidos, outros mortos, outros no cárcere [...]¹³.

Muitos dos movimentos que foram desarticulados e que eram anteriormente fortemente ligados a Igreja Católica, quando voltaram a se organizar objetivavam uma atuação política mais autônoma e desvinculada da mesma. A esse respeito Margiorina também nos fala:

Em 1977 conformamos um comitê de organização camponesa nacional; trabalhamos e em 1980 se funda um Movimento Camponês Paraguaiense, em plena ditadura. Todavia, fundamos uma organização com uma diferença das Ligas Agrárias, que nós já não dependíamos de nenhum partido político da direita, nem tampouco da Igreja Católica, definimos nossa autonomia porque tudo o que ocorreu, os massacres ocorreram com o camponesato e não com a Igreja... Houve sacerdotes que foram expulsos ou perseguidos,

⁸ ALCALA, Guido Rodriguez. Testimonio de la Represion Politica en Paraguay 1975-1989. **Serie Nunca Más Vol 3**. Asunción: Comite de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1990. p. 3-20

⁹ Centro Agrário Católico.

¹⁰ Margiorina Balbuena Cardozo. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital), em Assunção, Paraguai, 22/02/2008. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - UFSC.

¹¹ Diferente do que ocorreu durante a ditadura no Brasil - que teve alternância de presidentes - no Paraguai Stroessner governou desde o golpe militar, ocorrido em 1954, até 1989, quando foi deposto.

¹² Este tema pode ser observado no site Eurosur – Organizaciones Sociales de Mujeres. Disponível em <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>>. Acesso em 19 de abril de 2009.

¹³ Margiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada

*mas não foram assassinados como ocorreu com os camponeses; então definimos uma linha autônoma de organização*¹⁴.

A Igreja Católica foi muito importante na formação inicial do movimento campesino no Paraguai. Porém, a partir de um determinado momento de repressão, sobre o qual Margiorina destaca a repressão diferenciada que sofreram os camponeses em relação aos membros da Igreja, que também participavam destes movimentos, os camponeses se reorganizaram definindo uma linha de atuação mais autônoma, desvinculada da influência da instituição Católica.

Formação de Movimentos de Mulheres no Campo

No Brasil, o período de formação de grande parte dos movimentos de mulheres no campo se insere num contexto de abertura política que se iniciou a partir da segunda metade da década de 1970, mas que vai se consolidar a partir dos anos 80. No Paraguai, o momento não era necessariamente de abertura, já que a ditadura militar terminou um pouco mais tarde por lá, em 1989; mas no começo desta década o governo militar paraguaio já mostrava fortes sinais de desgaste tanto político como econômico¹⁵.

Devido à grande extensão territorial brasileira, pode-se observar que houve a formação de vários grupos de mulheres provenientes da área rural que atuaram de formas distintas, de acordo com necessidades específicas de cada região, mas que muitas vezes se assemelhavam nas pautas reivindicativas. Os grupos pesquisados, pela disponibilidade maior de bibliografias são alguns que se organizaram em Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Goiás e em Santa Catarina. Celecina de Maria Veras Sales, em um estudo sobre a atuação de mulheres em grupos sociais rurais no Ceará afirma que

O despertar pela luta coletiva do reconhecimento do trabalho das mulheres data da década de 1980. Um conjunto de eventos e de lutas das mulheres no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, no período de 1974 a 1985, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres.¹⁶

Assim como no Ceará, esse despertar pela luta coletiva por parte das mulheres rurais ocorreu em várias outras partes do Brasil. Em Pernambuco foi fundado, em 1982, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), por um grupo de mulheres rurais no sertão do Estado. “O MMTR

¹⁴ Margiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada

¹⁵ ALCALA, Guido Rodriguez. Testimonio de la Represion Política en Paraguay 1975-1989. **Serie Nunca Más Vol 3**. Asunción: Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia, 1990.

¹⁶ SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais**: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Rev. Estud. Fem* [online]. 2007, vol.15, n.2, p. 445. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf>>. Acesso em 31 de março de 2009.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca, e pelo direito das mulheres de participar de seus sindicatos em pé de igualdade¹⁷.” Jacir L. Casagrande, em sua pesquisa sobre movimentos sociais no campo, enfocando as mulheres agricultoras de Santa Catarina, observou que

Em Santa Catarina, o Movimento de mulheres agricultoras surge motivado por dois fatores que podemos considerar como sendo determinantes. Por um lado a problemática vivida pela pequena produção, no que diz respeito a sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam embora de forma anônima.¹⁸

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) surgiu no início da década de 1980, e foi um movimento em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) exerceram importante papel na estruturação deste e de outros grupos de mulheres¹⁹. Sobre essa questão, Rosalina Nogueira da Silva, integrante do MMA na época, nos fala:

A partir das Comunidades Eclesiais de Base, surgiu e despertou nas mulheres o interesse em se organizar em grupo para ter mais força de lutar em busca dos seus direitos. Isso aconteceu em 1983, no distrito de Itaberaba, o primeiro grupo teve 28 participantes. [...] A gente nunca esquece que nosso primeiro passo foi graças às CEBs, ligando a fé com a vida e a conscientização nos mostrando o rumo da organização²⁰.

Pode-se perceber, a partir da fala de Rosalina, que há uma forte valorização do papel das CEBs para o desenvolvimento do MMA; e que a fé e o início da luta política, estavam fortemente relacionados, o que demonstra, de certo modo, que no imaginário coletivo dessas mulheres a religião ocupou um papel muito importante para o “despertar” político das mesmas.

Rosalina também comenta que: “*A mulher se despertou em busca da libertação, de se organizar, de buscar espaço, de se valorizar, de ter sua identidade e buscar seus direitos perante a sociedade [...]*”. Ao mesmo tempo em que conferiu as CEBs esse “despertar” político das mulheres do MMA, Rosalina também atribuiu às próprias mulheres essa busca por organização, que ocorreu quando elas passaram a se valorizar em outros espaços - não apenas naqueles ligados ao privado - e quando buscaram firmar uma identidade²¹ de mulheres agricultoras, algo que fortaleceria suas lutas.

¹⁷ THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 104. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8605.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2009. p. 104.

¹⁸ CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1991. p. 37.

¹⁹ DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

²⁰ Rosalina Nogueira da Silva. Entrevista concedida a Gabriela Miranda Marques (por e-mail). Chapecó, Brasil, 09/05/2007. Arquivo pessoal.

²¹ O conceito de identidade é utilizado de acordo com Stuart Hall, que afirma que a identidade é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

De acordo com Marques, “essas mulheres assumiram primeiro a defesa de sua classe, assumindo a identidade de agricultoras (camponesas), para depois buscarem também a libertação no campo do gênero²²”, ou seja, esse *despertar* político se deu primeiramente para defender certas condições como a busca por reconhecimento da profissão de agricultoras - para poderem ter direito a aposentadoria, por exemplo - e para defender espaços que estavam sendo ameaçados diante da crescente campanha governamental de modernização do campo, ligado a um processo de crescimento do agro-negócio e, conseqüentemente, do latifúndio, que praticamente excluía deste planejamento a questão da agricultura familiar²³.

No Paraguai, assim como no Brasil, pode-se perceber, através da fala de Margiorina, que a Igreja também teve uma participação inicial importante, nos anos 70, na formação de grupos de mulheres:

[...] Nos centros (espaços católicos) se promovia muito a participação das mulheres e por isso eu tinha um grupo de companheiras na CACL que eram pessoas muito boas, valentes. [...] A Igreja Católica organizava também movimentos sociais como a associação de mães, a associação dos obreiros, e a CACL, que era a agrária [...].

E após a organização - anteriormente citada - do Movimento Campesino Paraguaio, a necessidade de se articular dentro do movimento uma participação mais representativa da mulher, foi um ponto importante de discussão:

*[...] Em 1982, em plena ditadura, começamos a trabalhar com as mulheres. Porque todos que se aglutinavam ao movimento na nova organização, a MCP, eram homens e havia ali tão poucas mulheres que começamos a trabalhar pelas mulheres, pela organização das mulheres [...]*²⁴.

Depois desse processo de aglutinar mulheres para aumentar a participação delas dentro do MCP, se formou, em 1985, a Coordenação de Mulheres Campesinas. Na fala de Margiorina, este momento de formação fica bem explicitado:

Cristina - E porque decidiram neste momento começar com as mulheres, o que ocorreu?

culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...]”. HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 13.

²² MARQUES, Gabriela Miranda. Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da Abertura. **Rev. Santa Catarina em História** [online] - Florianópolis – UFSC - Brasil, vol.1, n.1, 2007, pp. 17. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewPDFInterstitial/35/42> > Acesso em 3 de setembro de 2009.

²³ DABOIT, Pedro Carlos. **Do socio-religioso ao socio-político: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a igreja católica no oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

²⁴ Margiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Margiorina - Porque era muito pouca a participação das mulheres na organização. E como eu e meu companheiro também éramos anteriormente das CACL, que eram organizações mistas, ou seja, havia mulheres e havia homens, em nossa organização, então usamos o critério de que era importante a participação das mulheres, a organização das mulheres, então começamos a trabalhar com outras companheiras na organização das mulheres, nós envolvemos várias comunidades em várias regiões; e em 1985 fundamos a Coordenação de Mulheres Campesinas (CMC).

A CMC era um organismo interno do MCP, voltada para questões específicas de mulheres e pretendia articular *campesinas* de todas as partes do país para formar redes de militância fortalecidas por reivindicações conjuntas, que buscassem alternativas frente às graves situações de pobreza, discriminação e exclusão por razões de classe etnia e gênero.²⁵ Esta coordenação reivindicava, dentre outras coisas, espaços de atuações igualitárias dentro de organizações mistas, para que pudessem lutar de forma conjunta em defesa de direitos civis, melhores condições de vida, por liberdade de atuação e organização política, democracia social e reforma agrária²⁶; itens semelhantes àqueles presentes nas pautas reivindicativas de grupos de mulheres rurais do Brasil.

Lideranças de mulheres em movimentos sociais no campo

As mulheres tiveram um papel importante como militantes não unicamente em movimentos de mulheres, mas também outros movimentos sociais que não tinham em suas pautas de lutas questões específicas das mulheres. A participação feminina dentro de movimentos sociais no campo ocorreu no Brasil muito antes do período de abertura democrática que foi anteriormente destacado. Espera-se, geralmente, que as lideranças sejam masculinas; mesmo que não seja muito evidenciado que mulheres sejam lideranças em movimentos que não sejam especificamente compostos por mulheres, e voltados para reivindicações de mulheres, não significa que não tenham existido lideranças femininas em movimentos sociais.

Na Paraíba, por exemplo, Elizabeth Teixeira, era líder das Ligas Camponesas²⁷ na época do golpe militar, nos anos 60, mas ainda pouco se estudou sobre sua trajetória. Em uma entrevista que ocorreu durante 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fala de Elizabeth levanta algumas questões interessantes; como quando perguntada, por exemplo, sobre

²⁵ A esse respeito ver: site da Coordinación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) disponível em <<http://conamuri.org.py/>>; e OCAMPOS, Genoveva. **Mujeres campesinas y estrategias de vida: el caso de las señoras de la Coordinación de Agricultores Asociados (CODAA)**. Asunción: RP Ediciones; Base Ecta, s/d. cap 1.

²⁶ Observação feita a partir de informações coletadas no site Eurosur – Organizaciones Sociales de Mujeres. Disponível em <<http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>>. Acesso em 19 de abril de 2009.

²⁷ As Ligas Camponesas eram, de modo geral, associações rurais que se formaram principalmente na região nordeste do Brasil, sob influência do PCB entre as décadas de 1940 e 1960; reuniram trabalhadores/trabalhadoras rurais e camponeses/camponesas que objetivavam lutar, dentre outras coisas, pela reforma agrária e contra a exploração de trabalho feita por grandes proprietários de terras. A esse respeito ver MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989; e AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

como entrou nas Ligas Camponesas:

O que fez a senhora integrar as Ligas Camponesas?

Elizabeth – Eu participei das ligas camponesas porque meu marido, João Pedro Teixeira, foi quem fundou a Liga Camponesa em Sapé, na Paraíba. Ele fundou em 1958. Na época, o homem do campo dos engenhos, das fazendas estavam todos se associando. E porque ele foi tomando conhecimento da situação do homem do campo, foi assassinado barbaramente. O homem do campo vivia uma situação muito difícil. Próximo à casa que a gente morava, tinha o engenho Melancia, e o Sapucaia, e o João Pedro foi tomando conhecimento da sobrevivência daqueles trabalhadores, pai de filhos, a situação dos filhinhos passando fome, analfabetos, sem ter direito a ir a uma escola. O João Pedro foi conversando com eles, fazendo reuniões, até que fundou a Liga Camponesa e eles foram se associando e o número da liga crescendo. Passou para dois, três mil e um latifundiário mandou tirar a vida de João Pedro numa emboscada, em 2 de abril de 1962, numa estrada que ligava João Pessoa, Sapé, e Café do Vento.

E depois que o João Pedro morreu?

Elizabeth - Eu assumi a liderança dele na Liga, lutava na Liga camponesa o dia todo. Acontecia muitas prisões a minha pessoa, até que chegou o golpe militar e com ele eu tive que ser presa. Passei seis meses presa no Exército. Quando me liberaram, o Exército já me disse que a Polícia ainda ia me prender. Eu tive que fugir para um Estado, o Rio Grande do Norte, para qual ninguém me conhecia e fiquei lá todo o tempo da ditadura militar. Trabalhei como lavadeira de roupa. Lá o sol era muito quente e eu era Marta Maria da Costa e não Elizabeth Teixeira²⁸.

Por meio da fala de Elisabeth, é possível perceber que sua trajetória de militância dentro das Ligas Camponesas se divide basicamente em duas fases: a primeira, em que acompanha o marido na formação da Liga Camponesa na Paraíba, e uma segunda, em que assume a liderança do movimento, após a morte deste. A expressão, “o homem do campo” aparece repetidas vezes em sua fala; a construção de sua memória possui um discurso político ligado a questões que, por vezes, dão a impressão de que Elisabeth se exclui de sua própria história quando ela, como mulher que teve participação como liderança, fala do sujeito no campo no masculino, se colocando em um papel secundário e excluindo também de seu discurso outras mulheres militantes. O discurso nesta entrevista foi construído a partir da memória que Elisabeth tinha de seu companheiro; a atuação dele aparece muito mais do que a dela, o discurso se direcionou em torno da liderança dele e de sua luta pela reforma agrária. Mas e as lutas dela? No trecho que segue, este tema aparece um pouco:

Como era a participação da Senhora na Liga?

Elizabeth - Ele como meu esposo e eu, como mãe de 11 filhos, a minha luta era em casa, mas, nos sábados, acontecia de eu chegar até lá, na Liga Camponesa, e era justamente era o dia dos companheiros do campo irem se associar. Eu ia escrever o nome deles, ia fazer a carteira deles para entregar. Com o João Pedro, o número de associados cresceu tanto que ele dizia pra mim que iam tirar a vida dele, mas que a reforma agrária ia ser implantada em nosso País. Já fez 45 anos da morte dele, agora, no dia 02 de abril, e ainda não foi implantada a reforma agrária.

²⁸ Elizabeth Teixeira. Entrevista concedida a Mayrá Lima e Marina Costa. Brasília (DF), Brasil, junho de 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/867>>, acesso em 20 de agosto de 2009.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

A luta de Elizabeth ainda aparece de modo secundário, sua liderança se deu, de acordo com ela, para continuar o trabalho de seu marido. Mas ainda assim há uma sutil indicação da importância de seu trabalho quando, segundo ela, “*os companheiros iam se associar*”, e ela estava presente; e quando comenta que “*sua luta era em casa*”, o que demonstra o quanto um discurso pode conter múltiplas significações²⁹, pois observar que o *estar em casa* também era uma luta, indica dar valor a um espaço que é muito pouco valorizado quando comparado a lutas em movimentos sociais, por exemplo. Esta valorização do privado é pouco comum em espaços políticos, e reconhecer isto confere à significação que Elizabeth construiu de sua trajetória um sentido muito mais complexo e, de certa forma, paradoxal, pois destaca uma questão que inicialmente não parecia ter sido valorizada, mas que em seguida foi sutilmente exaltada.

A área rural possui uma lógica com costumes, tradições e paradigmas diferenciados dos grandes centros urbanos. Muitas práticas e representações de trabalhadores e de trabalhadoras rurais eram guiadas por valores da chamada *campesinidade*; esses valores, de acordo com Maria Inês M. Marques, seriam honra, hierarquia, reciprocidade e tradição³⁰. Com relação à hierarquia, por exemplo, observa-se que a figura do homem enquanto o chefe da família, estava (e em muitos casos ainda está) acima da figura da mulher³¹ dentro da esfera familiar. E quando a mulher participava de grupos políticos essa hierarquia acabava se estendendo pra a esfera pública. Existia e ainda existe, em muitos desses lugares, um predomínio e uma perpetuação de costumes e de idéias machistas ligadas ao patriarcado que vem de longa data; e esta reprodução ocorre, muitas vezes, por parte das próprias mulheres.

No meio rural paraguaio, Margiorina Balbuena Cardozo também foi uma liderança muito antes da formação da *Coordinación de Mujeres Campesinas*: [...] *Eu fui também fundadora do movimento campesino paraguaio, e ocupo também a direção nacional há vários anos*³² [...]. Quando discorre sobre quando começou a trabalhar em movimentos sociais no campo, Margiorina também destaca que:

No campo não havia organização [de movimentos sociais na década de 50]. Já na década de 60, começaram a organizar-se nas Ligas Agrárias Campesinas e na

²⁹ Ver OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). **Historia, memoria y fuentes orales**. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, pp. 45-62

³⁰ MARQUES, Maria Inês M. Terra e Modernidade em Assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen (org). **Os Significados da Terra**. Brasília: UNB, 2004. p. 255 – 289.

³¹ PAULILO, Maria Ignês. O peso do trabalho leve. **Ciência hoje**, v.5, n.28, p. 64 - 70, jan./fev.,1987.

³² Margiorina Balbuena Cardozo. Entrevista citada

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Juventude Agrária Católica. Eu, quando tinha 21 anos, comecei a participar na Juventude Agrária Católica [...] Em 70 ou 71, eu fui a Missiones, e em seguida falei com meu tio, que era sacerdote, e me propus a trabalhar na organização, porque ele apoiava as ligas agrárias, já havia o grupo de sacerdotes da teologia da libertação aqui que apoiavam muito as organizações camponesas. Então ele me perguntou um dia: “minha sobrinha não quer trabalhar ir comigo, me ajudar na paróquia e participar das reuniões?” Eu não entendia nada, achava como todos, que era um povo aventureiro, então eu disse que queria ir; então disse ao meu pai que eu queria ir e fui. E comecei a participar da organização na mesma tarde em que cheguei, com o grupo de jovens. E nos três meses que havia participado já me elegeram como secretária da mesa departamental [...].

A ocupação de um cargo de liderança ocorreu bem cedo para Margiorina, como se pode notar; e a partir da entrada neste grupo camponês católico, sua atuação começou a contribuir, em grande medida, para que o movimento camponês paraguaio se organizasse politicamente. É perceptível também, a semelhança da atuação da Teologia da Libertação no campo paraguaio e no campo brasileiro; essa iniciativa da Igreja que deu “início” a trajetória de militância política de Margiorina, também ocorreu com a brasileira Rosalina Nogueira de Silva³³, anteriormente citada. Embora essas trajetórias de militância tenham ocorrido de formas distintas, a importância da Teologia da Libertação foi um ponto em comum e relevante para que a participação política dessas mulheres ocorresse nas comunidades em que viviam.

Considerações Finais

Observar a participação das mulheres nos movimentos sociais no campo e as formas de resistências e de organização por elas empreendidas durante as ditaduras militares ocorridas no Cone Sul, a partir de um olhar direcionado para as relações de gênero que existiam na dinâmica desses movimentos significa uma tentativa de dar voz a sujeitos, trajetórias e a contextos sócio-políticos que não possuem muita visibilidade na história. As trajetórias de mulheres, seja em cargos de comando, seja como militantes dentro de organizações no campo neste período é algo ainda pouco explorado pela historiografia e carece de estudos mais detalhados.

As mulheres dos movimentos de mulheres rurais que foram estudadas nesta pesquisa, passaram por processos de conscientização e identificação como camponesas/camponesas e de auto-reconhecimento como sujeitos ativos da história, que deveriam lutar por seus direitos. Essas mesmas mulheres passaram, de modo geral, a partir da consciência da opressão feminina, a inserir em suas pautas políticas reivindicações especificamente de mulheres. Essas reivindicações eram

³³ Rosalina Nogueira da Silva. Entrevista citada

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

contra a discriminação que sofriam nos espaços políticos de predominância masculina; participação nas definições e igualdade de atuação dentro dos movimentos sociais rurais; direitos trabalhistas, dentre outras.

Muitos dos movimentos sociais que ocorreram no campo foram, de modo geral, organizações mistas que lutavam por direitos mais amplos ligados a questões próprias do ambiente rural, como lutas relacionadas a questões de direitos pela terra, contra a exclusão social que acometia muito este meio, autonomia sindical, liberdade política, democracia participativa, lutas contra a repressão sofrida quando um movimento se organizava e se engajava em uma militância política mais incisiva e, acima de tudo, pela reforma agrária, uma luta política e social pelo direito a terra que estava sendo tirado dos agricultores e das agricultoras devido ao aumento dos latifúndios ligados a um projeto de modernização do campo que, na prática, quase excluía de seu planejamento a questão da pequena propriedade.

Havia naquele período ditatorial uma tendência por parte do governo militar brasileiro de ver em qualquer problema agrário a possibilidade de insurreição interna³⁴, e isto aumentava a repressão destinada a muitos dos movimentos sociais no campo que se formaram na época. O Paraguai era uma sociedade bastante agrária durante a ditadura, e por este motivo, a repressão enfrentada pelas populações que viviam e que se organizavam no meio rural foi intensa.

Ao estudar a participação de mulheres em movimentos sociais no campo, e a formação de movimentos especificamente de mulheres nesta área, numa perspectiva comparativa entre dois países, percebeu-se que estes movimentos surgiram em conjunturas semelhantes, mas tiveram proporções e características variadas; possuem algumas aproximações de práticas sociais quando analisados de forma comparada, mas também muitas particularidades no que diz respeito à formação, formas de atuação política, repressão enfrentada e processos de identificação com o feminismo.

³⁴ MARTINS, José Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: VOZES, 1984.